

A Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e Fiscalização,
Em 06/09/14

Luiz L. A.

Supremo Tribunal Federal

Mensagem nº 36

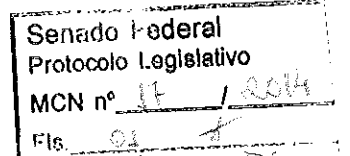
Brasília, 24 de setembro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2014, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Aproveito o ensejo para externar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.


Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/13 A AGOSTO/14

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

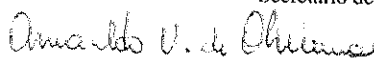
| <u>DESPESA COM PESSOAL</u> | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | |
| Pessoal Ativo | 325.035.829 | 2.845.602 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 215.452.227 | 2.754.602 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 109.583.602 | 91.000 |
| | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 96.924.713 | 65.000 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 622.110 | 65.000 |
| Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados | 96.302.603 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 228.111.116 | 2.780.602 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 230.891.718 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | |
| | | VALOR |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | | 676.655.839.900 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | | 0,034122% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,073726% | 498.871.285 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) | 0,070040% | 473.927.720 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 0,066353% | 448.984.156 |
| FONTE: SIAFI E PORTARIA 82/2005 - STF | | |

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


Armando Akio Santos Doi
Secretário de Administração e Finanças


Jacob Barreto de Salés
Secretário de Controle Interno


Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Geral

